



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A
PEDAGOGIA DA NEGAÇÃO CONTIDA NOS SISTEMAS DE ENSINO.**

JULIANA PEDROSO OLIVEIRA PAULUCY

ORIENTADOR(A): VIVIANE NEVES LEGNANI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

JULIANA PEDROSO OLIVEIRA PAULUCY

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A
PEDAGOGIA DA NEGAÇÃO CONTIDA NOS SISTEMAS DE ENSINO.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): _____

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA PEDROSO OLIVEIRA PAULUCY

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A PEDAGOGIA DA NEGAÇÃO CONTIDA NOS SISTEMAS DE ENSINO.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

VIVIANE NEVES LEGNANI

NOME DO EXAMINADOR

JULIANA PEDROSO OLIVEIRA PAULUCY

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os alunos com deficiência e seus familiares, assim como vocês a luta por uma educação de fato inclusiva tornou-se a minha luta no momento em que realmente me reconheci parte da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me colocado exatamente no local, hora e dia que mudaria minha vida para sempre. Exatamente no dia 30/04/2011 em uma aula da pós-graduação conheci a pessoa que me mostraria um viver educação jamais vivido antes, Maria Alice é o seu nome.

Agradeço a Maria Alice por ter me ensinado que os problemas dos outros são de fato maiores que os meus, a falta de informação carece as famílias de alunos com deficiência e muitas vezes desconhecem seus direitos que de fato são os mesmos que de qualquer outra pessoa. Eu aprendi muito, más tenho muito ainda que aprender e essa é a única verdade que podemos garantir “sempre há algo novo a ser descoberto”.

Não poderia fazer um trabalho sem o seu apoio e as palavras de motivação que recebo sempre, sua missão começou há 18 anos no qual faço parte dos 5 últimos. Más saiba que se depender de mim jamais vai se perder e com o mesmo afinco e dedicação eu o farei, se Deus assim me permitir.

Levarei a senhora sempre em meu coração e seu nome será lembrado em todas as ocasiões em que o tema for “inclusão”.

RESUMO

Pensar os impasses da Inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino decorrentes da pedagogia da negação é o objetivo dessa pesquisa. Percebe-se que a inclusão não se efetiva por imposições de leis, por isso é possível identificar as dificuldades por parte dos professores nas salas regulares dos alunos com necessidades educativas especiais. Nesse sentido, a proposta foi contribuir no esclarecimento do que é impeditivo para que a inclusão atinja seu propósito “de escola para todos”. O estudo foi aplicado no segundo semestre de 2015 tendo como sujeitos 10 professores de sala regular do Sistema de Ensino de Barretos, utilizando como instrumento um questionário com questões fechadas e abertas. Os resultados obtidos indicaram que embora os professores tenham conhecimento em torno do tema, estes ainda manifestam sutilmente posturas a possibilidade dos alunos estarem incluídos na escola comum.

Palavras-Chave: Pedagogia da Negação, Inclusão, Professor de sala comum, Aluno com deficiência.

SUMÁRIO

RESUMO

1 APRESENTAÇÃO

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Marcos Políticos legais da Educação Inclusiva

2.2 Garantia do Direito das Pessoas com Deficiência à Educação Inclusiva

2.3 A Pedagogia da Negação

3 MÉTODO

3.1 Objetivo Geral

3.2 Objetivo Específicos

3.3 Contexto da Pesquisa

3.4 Participantes

3.5 Materiais

3.6 Instrumentos de Construção de Dados

3.7 Procedimentos de Construção de Dados

3.8 Procedimentos de Análise de Dados

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS**APÊNDICES**

A – QUESTIONÁRIO (Modelo)

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

LISTA DE QUADROS, TABELAS OU GRÁFICOS**LISTA DE QUADROS**

Figura 1 - Perfil do professor	26
Figura 2 – Tempo de Serviço no Magistério	26
Figura 3 – Especialização em Educação Especial/Inclusiva	27
Figura 4 - Crença a respeito da Inclusão de alunos com Deficiência	27
Quadro 1 - Por quê? (Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência é possível na sala regular?)	28
Quadro 2 - Explique em poucas palavras sua concepção de educação inclusiva.	29
Figura 5 - Experiência com alunos com deficiência	30
Quadro 3 - O que seria para você práticas pedagógicas inclusivas?	31
Figura 6 - Preparado para efetivar práticas pedagógicas inclusivas	32
Figura 7 – Momentos de intervenção individual com os alunos	33
Quadro 4 - Qual alternativa você daria para um melhor aproveitamento dos alunos com deficiência?	33

APRESENTAÇÃO

O trabalho a seguir é o resultado de um “viver” inclusão diariamente há quatro anos. Pouco tempo aos olhos de uns, porém, a meu ver, tempo necessário para permanecer na busca da garantia de direitos e de condições aos alunos com deficiência no sistema municipal de ensino de Barretos-SP.

O tema abordado à primeira vista nos remete a figura do professor que não “aceita” alunos com deficiência e se embasa na velha fala do “não estar preparado”. O que proponho aqui vai além dos muros da escola, ou, além do senso comum, de falas findadas no preconceito ou na falsa inclusão.

Durante minha trajetória profissional na coordenação da educação inclusiva, atuando como professora coordenadora, muitas vivências e escuta me motivou a pesquisar o tema sugerido. Talvez tenha mudado minha forma de enxergar a educação e perceba que muitos ainda não entenderam que a escola é para todos, daí minha inquietação.

Constantemente recebemos relatórios de professores solicitando avaliação psicológica e/ou psicopedagógica para diferentes casos, em sua maioria, problemas comportamentais, emocionais focados nos alunos, mas, infelizmente, acabam por se mostrar como problemas de “ensinagem”. Parece-me que tudo que foge do padrão precisa ser diagnosticado, assim terceiriza-se o problema unicamente ao aluno, esquecendo que todos somos responsáveis por ele.

Durante visitas ou em reuniões de professores sempre existem falas de que o aluno não aprende, o aluno não tem bom comportamento, a família não colabora, etc. Vivemos uma eterna terceirização de responsabilidade, não que esses fatores não influenciem e a responsabilidade seja apenas da escola. Além disso, tem-se o sistema que vive uma constante corrida em direção de índices e notas, levando o professor a viver essa espécie de loucura em busca de resultados.

O professor precisa empoderar-se do fazer educação, pois é ele que a faz. Enquanto viver nessa constante busca de índices juntamente ou passivamente com o sistema, ambos estarão andando na contramão de um bem-estar produtivo e criativo, que está distante do que nossas escolas e realidades cotidianas demonstram hoje.

A primeira parte deste trabalho detalha as principais leis decretadas nos últimos 20 anos, ou melhor, trata dos Marcos Legais da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Veremos que até mesmo nossas leis são contraditórias e muitas vezes propensas a determinados interesses políticos, talvez seja por isso a necessidade de tantas leis para garantir algo que conseguiríamos resumir em um único artigo.

Ainda nesta primeira parte justifico a “pedagogia da negação”, esclarecendo que esta não se manifesta apenas pela não aceitação por parte do professor em atender o aluno com necessidades educativas especiais em sua sala de aula, mas, mesmo o recebendo percebe-se no fazer pedagógico algumas posturas e falas sutis no dia-a-dia que colaboram para uma posição segregativa desse aluno.

A segunda parte refere-se a pesquisa realizada no qual foi feita através de questionário aplicado aos professores da sala regular em uma escola do sistema municipal de Barretos/SP. A escola selecionada até o momento apresentava-se em meus conceitos como inclusiva, porém não só esta, mas quase todas até então consideradas inclusivas se pesquisadas chegaremos neste mesmo resultado.

A terceira parte será apresentada o instrumento de pesquisa utilizado para nortear esse trabalho e os procedimentos utilizados. Pelos resultados encontrados tomamos conhecimento de um dos “nós” que impede uma efetiva inclusão. Foi possível notar que a inclusão, para alguns professores, ainda tem se feito apenas pelo cumprimento de uma determinação ou de leis, foi o que se percebeu ao se fazer a leitura dos questionários respondidos.

É necessário ressignificar o papel da escola, do professor, da família, da sociedade e acima de tudo deslocar o olhar do aluno ideal. Precisamos estabelecer formas solidárias e diversificadas de convivência. O mundo mudou, a sociedade mudou, mas a escola insiste em não admitir essa realidade. Do que adianta atualizar tecnologicamente as escolas, melhorando seus equipamentos e mobiliários, se ainda nos encontramos com maneiras arcaicas de ensinar?

Espera-se que tais tecnologias e técnicas supram as necessidades do que vem a “ser um bom professor”, cabendo a este se adequar e se reformular para acompanhar esse “mundo novo”. No entanto, essas “modernidades” sozinhas não ultrapassam as formas tradicionais de ensinar e avaliar, ou seja, a concepção sobre o ato educativo permanece a mesma para muitos docentes.

Espero contribuir um pouquinho na imensa discussão em torno do tema, a meu ver, riquíssimo para o crescimento profissional e pessoal daqueles que realmente vivem a educação. Espero ainda poder revisitar este trabalho daqui alguns anos e perceber que as questões aqui apontadas foram superadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Marcos Políticos Legais da Educação Inclusiva

As políticas públicas acerca da educação inclusiva iniciaram-se há muitos anos, historicamente nos anos 90 observa-se um grande movimento com a publicação da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (1990), posteriormente a “Declaração de Salamanca” (1994).

No ano de 2001 aprova-se a “Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão”, juntamente o decreto Nº 3.956 de 08 de outubro de 2001, onde promulga a “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”.

Observando que no artigo 208, inciso III de nossa Carta Magna prescreve que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, concluímos que há muitos anos o direito das pessoas com deficiência firma-se cada vez mais.

No dia 9 de julho de 2008 torna-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, equivalentes a emendas constitucionais à Constituição Brasileira, onde no art. 24 expressa que:

“as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem”.

Esta nova concepção de educação inclusiva começa a romper barreiras e uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, garantindo a igualdade e permanência na escola efetivando matrícula dos alunos público-alvo da educação especial nas salas regulares de ensino e nas salas de atendimento educacional especializado.

O Estado então assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo abrangendo todos os níveis, garantindo que a pessoa com deficiência não seja excluída do sistema geral de ensino, realizando medidas que efetivem o acesso à educação e ambientes potencializadores de seu desenvolvimento acadêmico e social.

Resultante desse processo de construção de novos marcos legais, políticos e pedagógicos voltados para a educação especial, surgem a necessidade de elaboração de novas propostas pedagógicas que visem assegurar as condições de acesso e participação de todos os estudantes no ensino regular.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da ONU (2006), ratificada no Brasil, como Emenda Constitucional, pelos Decretos Legislativos n. 186/2008 e Executivo n. 6.949/2009, estabelece que os países signatários devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social das pessoas com deficiência, compatível com a meta da inclusão plena. Dessa maneira, deixam de serem aceitáveis ambientes segregativos no campo da educação.

2.2 Garantia do direito das pessoas com deficiência à Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), estabelece um novo marco teórico e organizacional na educação brasileira, definindo a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; o conceito de atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à formação dos estudantes; e o público alvo da educação especial constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Educação Inclusiva torna-se pauta nos debates brasileiros, impulsionando novas políticas públicas e novas formulações reorientando o apoio técnico e financeiro, provendo condições para a inclusão escolar nas redes públicas de ensino. A acessibilidade torna-se um princípio como modo de eliminação de qualquer forma discriminatória às pessoas com deficiência.

Para garantia desse direito institui-se uma política pública de financiamento da educação inclusiva onde é publicado em 2008 o Decreto nº 6.571/2008 revogado em 2011 pelo decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Afirma-se o direito de todos à educação em classes comuns de ensino regular em seu art. 1º, incisos I e III, que dispõe:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

Para garantia desse direito esse mesmo decreto em seu art. 2º garante os serviços de apoio voltado para eliminar barreiras que possam obstruir o processo de escolarização do público-alvo da educação inclusiva, sendo eles:

Serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I – complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II – suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

No seu artigo 3º, são definidos os objetivos do atendimento educacional especializado:

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O financiamento da dupla matrícula de estudantes público alvo da educação especial na educação básica é instituído, no âmbito do FUNDEB, conforme art. 9º-A:

Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.

§ 1º A dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado.

§ 2º O atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino regular poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente, sem prejuízos do disposto no art.14.

Com objetivo de orientar a implementação do Decreto 7.611, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução Nº 4 CNE/CEB. No seu art. 1º define:

[...] aos sistemas de ensino matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE [...] (Brasil, 2009).

O Atendimento Educacional Especializado de acordo com essas Diretrizes deverá integrar o projeto político pedagógico – PPP da escola, envolvendo a participação da família e articular-se com as demais políticas públicas. Devendo a oferta deste atendimento ser institucionalizada, prevendo na sua organização a implantação das salas de recursos multifuncionais, a elaboração do plano de AEE, professores para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e intérprete de LIBRAS, guia-intérprete e aqueles que atuam em atividade de apoio.

No artigo 5º desta resolução:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da

escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Dessa forma a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva é compreendida como uma reestruturação da educação, articulando-se entre a educação especial e o ensino comum, sendo esta a função primordial do AEE, elaborando e avaliando estratégias pedagógicas, disponibilização de serviços e recursos de acessibilidade para a promoção efetiva do direito e garantia de todos à educação.

Conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da ONU (2006) em seu artigo 24 estabelece que:

- a. as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório;
- b. as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c. adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d. as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e
- e. efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena (ONU, 2006).

Na busca do reconhecimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como pessoas com deficiência, foi elaborada a Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Vivenciamos então uma nova resistência à inclusão escolar, no qual defensores do direito à educação inclusiva manifestaram-se contra o inciso IV do art. 2º que definia:

Inciso IV, art. 2º - A inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular e a garantia de atendimento educacional especializado gratuito a esses educandos, quando apresentam necessidades especiais e sempre que, em função de suas condições específicas, não for possível a sua inserção nas classes comuns do ensino regular [...].

Ainda no art. 7º, parágrafo 2º também nota-se tal resistência, onde:

Parágrafo 2º, art. 7º - Ficam ressalvados os casos em que, comprovadamente, e somente em função das especificidades do aluno, o serviço educacional fora da rede regular de ensino for mais benéfico ao aluno com transtorno do espectro autista.

Mediante tamanho retrocesso a Presidência da República vetou ambos os textos e coube ainda sancionar multa àqueles que cercearem o direito à matrícula das pessoas com deficiência às classes comuns de ensino regular, como podemos comprovar no art. 7º da referida lei:

Art. 7º - O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de alunos com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos.

Não bastando toda a luta vivenciada até o momento, mais uma discussão adentrou no congresso brasileiro em torno da educação inclusiva no Brasil. A exaustiva discussão do Plano Nacional de Educação (PNE) resultando na aprovação da Lei nº 13.005/2015, embora grupos conservadores votaram a favor da ambiguidade da meta 4 que prevê a manutenção do termo “preferencialmente”, as estratégias estabelecidas estão coerentes com o princípio constitucional de inclusão.

Dentre as estratégias ressaltamos o artigo 8º que estabelece:

Art. 8º - Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, contada da publicação desta lei.

Parágrafo 1º - Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

[...]

III – garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Embora muitas interpretações tendenciosas e preconceituosas de nossa legislação distorçam o sentido da inclusão, esta não deve ser entendida apenas como uma inserção de alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Prova disso recentemente foi sancionada a Lei nº 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) com valor de emenda constitucional, que em seu capítulo IV, do direito à educação prevê:

Art. 27 – A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Para tanto, considerando que a Constituição Federal é nossa “Carta Magna”, toda e qualquer legislação infraconstitucional deve consolidar o previsto legalmente na legislação maior. Assim, apenas o artigo 5º da Constituição já seria o bastante para que não se negasse o direito à educação na escola regular de ensino.

2.3 A Pedagogia da Negação

A inclusão escolar percorre um caminho nos últimos anos de tentativa de se efetivar na educação brasileira, muitos avanços já foram alcançados, porém muitas barreiras ainda precisam ser ultrapassadas. Não se faz inclusão através de imposição de leis, dessa forma atribui-se ainda um valor muito artificial a uma proposta tão valiosa como a da inclusão.

A Política em torno da inclusão se faz necessária justamente pelos entraves que as pessoas com deficiência ainda enfrentam em seu dia-a-dia. A escola comum embora tenha o dever de garantir o acesso, permanência e aprendizagem a todos os alunos, ainda não contempla as especificidades que tais grupos trazem. Segundo Mantoan (2015):

“A escola se democratizou, abrindo-se para novos grupos sociais, mas não fez o mesmo em relação aos conhecimentos trazidos por esses grupos às salas de aula. Exclui, ainda, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino, barrando a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos”.

Mediante todo o contexto histórico e político, o Ministério da Educação (MEC) observou a necessidade de capacitar os profissionais da educação para tal realidade. Embora os cursos de licenciatura e pedagogia contemplem em suas grades curriculares a disciplina da educação especial/inclusiva é um processo muito novo, cerca de 10 anos. As Secretarias Municipais e Estaduais de Educação também tem o dever e objetivo de formar os profissionais da educação para uma educação inclusiva, mesmo sabendo que é interesse de alguns dos profissionais.

Mesmo considerando o esforço legal para viabilizar a inclusão e o redimensionamento na formação de professores inicial e continuada em relação a essa questão, em nossa realidade e no contexto escolar é possível identificar claramente uma “pedagogia mecânica” ou uma “pedagogia assistencialista”, compondo-se, assim, uma “pedagogia da negação” contida no sistema de ensino. Segundo Figueredo (2010):

“Alguns professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas quando atuam junto aos alunos que apresentam deficiência intelectual. Em vez de apelar para situações de aprendizagem que tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno, capazes de mobilizar seu raciocínio, propõem atividades baseadas na repetição e na memória, frequentemente desprovidas de sentido para os alunos”.

Também, no contexto atual é facilmente detectável ao adentrar uma sala de aula onde o aluno com deficiência em tempo integral tem o auxílio de um profissional de apoio

(cuidador). Muitas vezes esse profissional encontra-se no fundo da sala com o aluno fazendo atividades alheias às aulas realizadas com os demais alunos da turma.

Agindo dessa forma “consequentemente esses professores negligenciam no seu ensino uma esfera absolutamente fundamental do desenvolvimento humano, isto é, a esfera intelectual. Em suma, eles se fecham em uma pedagogia da negação” (FIGUEREDO, 2010, p. 12).

Outras formas mais sutis da pedagogia da negação também se manifestam nas falas e nos comportamentos dos profissionais da educação. Podendo ser facilmente identificada na justificativa do “não estar preparado” ou então no entendimento em que inclusão reduz-se à socialização.

Segundo Figueiredo (2010), a pedagogia da negação consiste numa pedagogia que não reconhece o potencial do aluno que apresenta deficiência intelectual e que, consequentemente, só pode causar prejuízos para as suas aprendizagens e para seu desenvolvimento, assim como a sua busca da autodeterminação. De uma maneira geral, essa pedagogia do “não” ocorre com todas as deficiências agravando-se mais com as deficiências mais aparentes.

Como já mencionado, nós professores insistimos na busca do aluno ideal ignorando a realidade que se mostra a todo o momento, partimos de um modelo de normalidade que não cabe mais no contexto escolar que as escolas brasileiras apresentam-nos. Se partirmos de um padrão de aluno, todo e qualquer estereótipo não identificado antes se torna o “diferente”.

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional – que, por sua vez, abala a identidade fixada dos professores e faz que seja ressignificada a identidade fixada do aluno. Para tanto, o aluno da escola inclusiva precisa ser visto como outro sujeito, que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes, essenciais. (MANTOAN, 2015, p. 35)

A escola de fato inclusiva acata o “diferente”, mas não faz diferenciações que segreguem, excluem por meio de programas de reforço paralelo, por exemplo. Todos têm o direito à educação e é preciso lidar com esses enfrentamentos postos pela inclusão. Por isso, a mudança subjetiva dos professores é essencial: mudamos todos pela inclusão ou mudam de profissão aqueles que acreditam ainda serem os detentores do saber e permanecem adotando

posturas segregativas que deixam eles próprios adoecidos e crianças excluídas de um efetivo ensino e de uma socialização com seus pares, sem piedade ou assistencialismo.

3. MÉTODO

3.1 Objetivo Geral

O trabalho objetiva refletir sobre a Pedagogia do não que impede a efetivação da inclusão e do propósito de “escola para todos”.

3.2 Objetivos Específicos

- Verificar a efetivação dos processos de inclusão de alunos com deficiência em uma escola do sistema público de ensino de Barretos/SP, compreendendo seus entraves por meio da denominada “pedagogia do não”.
- Analisar o “lugar do especialista” nos processos de inclusão.
- Refletir sobre as possibilidades de superar a “pedagogia do não” por meio de um redimensionamento reflexivo dos docentes.

3.2 Pressupostos Metodológicos

Este trabalho está embasado em uma abordagem quantitativa e qualitativa e se propõe a realizar uma pesquisa de caráter construtivo-interativo, a qual, por meio de questionários, observações, vivências buscam levantar os objetivos propostos.

Os instrumentos a serem utilizados são de caráter aberto, segundo Maciel e Silva (2014):

“Os instrumentos de pesquisa podem ter um carácter aberto ou fechado. No primeiro caso, estão os instrumentos que dão maior possibilidade de diálogo e expressão, pois, se bem conduzido pelo pesquisador, poderão possibilitar a qualidade da interação comunicativa entre este e o sujeito pesquisado”.

3.3 Contexto da Pesquisa

Realizada em uma Escola Municipal “A. F.” na cidade de Barretos/SP, matriculados 252 alunos, sendo 7 alunos com deficiência. Embora seja uma escola pouco numerosa foi escolhida pelo fato de apresentar muitas dúvidas no trabalho com os alunos com deficiência.

Justifica-se a necessidade da investigação do tema nessa unidade por inúmeras falas corriqueiras baseadas no “não estarem preparados”, e constatada muitas vezes atividades diferenciadas na sala regular e a atuação do profissional de apoio (cuidador) realizando tais atividades a parte com o aluno.

3.4 Participantes

Foram sujeitos dessa pesquisa 10 profissionais atuantes nessa escola sendo todos professores da sala regular e todas do sexo feminino.

3.5 Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- Papel sulfite impresso;
- Câmera de vídeo;
- Máquina fotográfica;
- gravador de voz.

3.6 Instrumentos de Construção de Dados

Foram aplicados questionários verificando o perfil do profissional em estudo, sua prática e os recursos utilizados por estes no contexto escolar, bem como seus conhecimentos acerca das políticas públicas que regem sua prática. Foram utilizados também protocolos de observações onde registrou-se as reações e comportamentos dos alunos mediante algumas ações do professor e do profissional de apoio.

O uso de filmagens e fotografias foi registrado para a verificação e análise das crianças com deficiência no contexto escolar.

3.7 Procedimentos de Construção de Dados

Para a realização deste trabalho alguns critérios foram analisados. O primeiro referente a escolha da unidade escolar; esta aconteceu por acreditar que nesta unidade a inclusão já estava bem incorporada no contexto e na aceitação dos professores. Foram escolhidos os professores da sala regular, pois permanecem todo o período com o aluno em sala de aula.

Os professores foram abordados individualmente. Houve o cuidado ético para não escuta-los como uma das responsáveis pela coordenação da inclusão no sistema municipal de educação e sim como aluna concluinte de um curso de pós-graduação.

3.8 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados brutos foram tabulados e em seguida organizados em gráficos, quadros de posicionamentos individuais de cada professor participante. Os resultados foram analisados por meio da literatura sobre o tema pesquisado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a vigência da LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que no seu capítulo V define educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, observou-se a necessidade de capacitar os professores, principalmente os professores da rede pública, pela responsabilidade que têm em relação ao trabalho desenvolvido com a maioria das crianças e adolescentes em idade escolar. Esta capacitação teria que abordar questões voltadas tanto para o melhor convívio e entendimento com estes alunos público alvo da educação inclusiva, quanto aos seus processos de aprendizagem e necessidades adaptativas. Contudo, o que se percebe é que para essa mudança ocorrer torna-se necessário ir muito além de simples capacitações e especializações de caráter informativo para os professores trabalharem com esses alunos.

Diante do que ocorre nos dias atuais, a necessidade de um trabalho reflexivo /subjetivo por meio de escuta dos professores é o que pode viabilizar a verdadeira inclusão. Os professores agem como se não reconhecessem os alunos como parte integrante do ensino ou capaz de crescimento e de afirmação (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p. 12).

Toda a escola deve estar engajada para essa nova etapa, desenvolvendo um projeto político pedagógico que envolva estes alunos, tendo instrumental didático, esclarecimento sobre as necessidades específicas do aluno, entre muitas outras coisas. No entanto é notório que muitos docentes não sabem nem por onde começar, ficando muitas vezes perdidos com esses alunos dentro de sala de aula tendendo assim, mesmo que involuntariamente, a homogeneizar os alunos trazendo consequências danosas para estes.

Por todos esses agravantes e muitos outros, que se faz essencial e importante à presença de um professor especialista dentro do ambiente escolar, orientando e ajudando tanto os alunos com deficiência quanto escutando e refletindo com os professores sobre a tensão que envolve o processo de inclusão.

Vejamos os perfis dos professores e suas respostas relativas às suas práticas inclusivas:

A pesquisa foi iniciada pelo perfil do professor, onde nos mostra que todos os questionários foram aplicados nos profissionais do sexo feminino. Reafirmando os dados de inúmeras pesquisas que apontam a predominância de professoras no Ensino Fundamental.

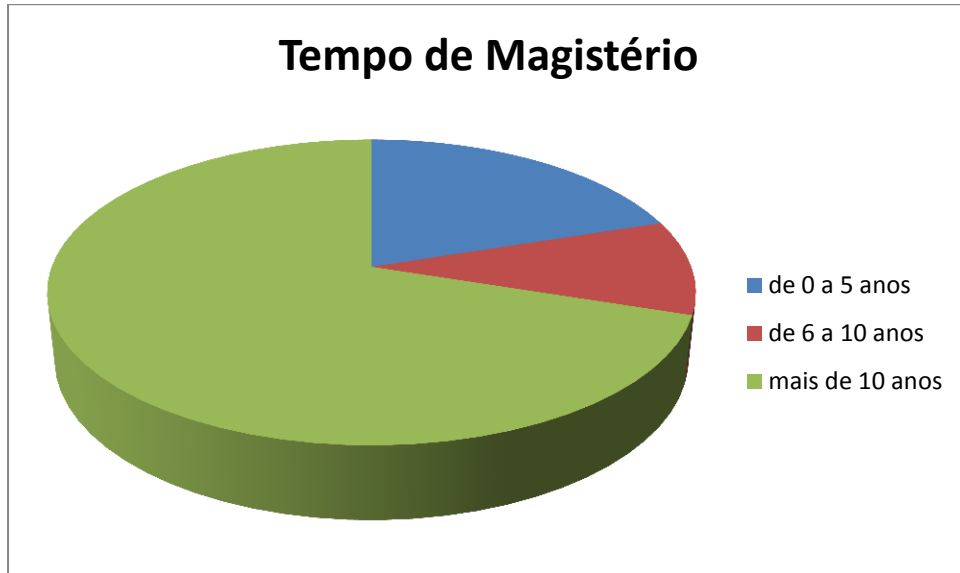


Figura 2: Tempo de Serviço no Magistério

A questão 2, nos fala sobre o tempo que as professoras atuam no magistério em sala regular. A observação que notamos é que a maior parte dos professores já estão atuando na educação há mais de 10 anos, sobrando uma pequena parcela de professores recém-contratados.

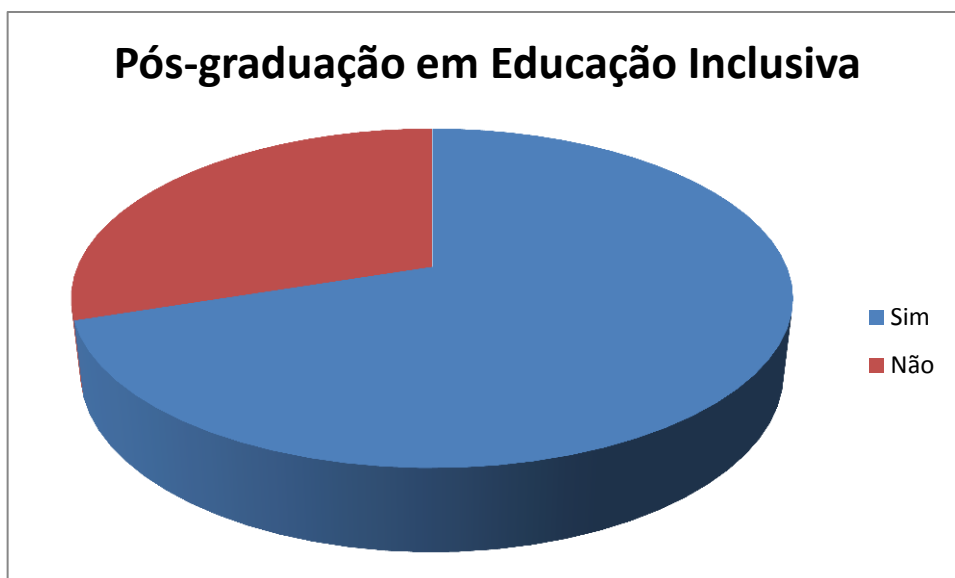


Figura 3: Especialização em Educação Especial/Inclusiva.

A questão 3, mostra a formação dos professores em nível de pós-graduação na área da educação especial/inclusiva. O gráfico registra que a maior parte dos professores possuem a especialização na área. Poucos foram os professores que não apresentam pós-graduação na área ou em área distinta.



Figura 4: Crença a respeito da Inclusão de alunos com Deficiência

A questão 4, refere-se a crença se a inclusão de alunos com deficiência na sala regular é possível. Observamos aqui uma parcela pequena de professoras que não acreditam na inclusão de alunos com deficiência na sala regular.

Por quê? (Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência é possível na sala regular?)
Prof. 1 – Sim. Porque todos os alunos precisam ser tratados com igualdade.
Prof. 2 – Sim, principalmente com profissionais preparados e capacitados. É direito dos alunos com deficiência, estarem incluídos na sala regular, visando seu pleno desenvolvimento e participando das atividades escolares. Promovendo a integração desses educandos nas classes comuns.
Prof. 3 – Eu acredito. Estou há 26 anos no magistério e já tive vários alunos com deficiência.
Prof. 4 – Sim. A inclusão é realizada no aspecto de socialização, pois no âmbito pedagógico

(aprendizado, os conteúdos), na maioria dos casos esses alunos não acompanham na sala regular.
Prof. 5 – Sim, é possível e muito importante. Porque eles tem o mesmo direito que as outras crianças e a inclusão contribui muito para sua evolução, ainda que em ritmo diferente.
Prof. 6 – Sim. Pois é necessário a interação, o convívio com os demais alunos.
Prof. 7 – Acredito parcialmente. Porque a criança não consegue ter a mesma concentração durante 5 horas. Deveria ficar metade na sala regular para socializar-se e a outra metade no atendimento especializado.
Prof. 8 – Depende. Algumas deficiências são difíceis para inclusão, pois não estamos preparadas para desenvolver um bom trabalho.
Prof. 9 – Sim. Desde que existam políticas que favoreçam a efetiva inclusão.
Prof. 10 – Sim. Porque além de ser um direito de todos, isso terá um desenvolvimento significativo no seu desenvolvimento social e intelectual.

A questão 5 é uma continuação da questão 4, no qual mediante a resposta da pergunta anterior o professor justifica o porquê de sua resposta. Neste momento já é possível identificar a pedagogia da negação manifestando-se no contexto escolar. Observa-se tal manifestação em algumas falas como segue abaixo:

Prof. 4 – Sim. A inclusão é realizada no aspecto de socialização, pois no âmbito pedagógico (aprendizado, os conteúdos), na maioria dos casos esses alunos não acompanham na sala regular.

Prof. 7 – Acredito parcialmente. Porque a criança não consegue ter a mesma concentração durante 5 horas. Deveria ficar metade na sala regular para socializar-se e a outra metade no atendimento especializado.

Prof. 8 – Depende. Algumas deficiências são difíceis para inclusão, pois não estamos preparadas para desenvolver um bom trabalho.

Levando em consideração as falas destacadas, observamos que ainda persiste no imaginário do professor que a inclusão ainda reduz-se à socialização dos alunos com deficiência com os alunos ditos “normais”. Ou então, partindo de um conceito de “normalização”, julga-se que os alunos com deficiência não acompanham o ritmo dos demais alunos.

Se o momento é de enfrentar mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo

distorcemos o sentido dessa inovação no discurso pedagógico quando se focaliza o aluno ideal, “normal”. Desse modo, reduz a deficiência a um grupo de alunos e continuamos a excluir tantos outros alunos e até restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares (MANTOAN, 2015. p. 54).

Explique em poucas palavras sua concepção de educação inclusiva.
Prof. 1 – A educação inclusiva tem despertado interesse de amplos setores da sociedade e partindo para a diminuição das desigualdades.
Prof. 2 – O próprio termo já fala, educação que inclui, alunos participando das atividades escolares, se relacionando, interagindo com alunos e funcionários, utilizando o mesmo material, adequando as suas necessidades na sala regular.
Prof. 3 – No mundo de hoje existem crianças (com problemas) que não são consideradas, mas o comportamento diferencial faz ela ser uma criança inclusiva porque o aluno bipolar coloca os outros em risco.
Prof. 4 – Busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino.
Prof. 5 – Para mim uma educação inclusiva é aquela em que o aluno participa de todos os momentos proporcionados pela escola, claro que sendo a vontade do mesmo.
Prof. 6 – Educação inclusiva é uma das maneiras de socialização, da criança com necessidades especiais.
Prof. 7 – Ela funciona num espaço de tempo menor. Seria mais a socialização já que na maioria das crianças precisam de muita atenção impossibilitando o professor de realizar tudo 100%.
Prof. 8 – Incluir o aluno nas atividades e no convívio social de acordo com seus limites.
Prof. 9 – A educação inclusiva não é só processo de aprendizagem, contempla mudanças de comportamentos e hábitos e convívio social.
Prof. 10 – Educação inclusiva – inserir aluno com deficiência no âmbito escolar.

Como vimos, A questão 6, solicita ao professor dizer em poucas palavras sua concepção de educação inclusiva e percebemos com maior clareza a pedagogia da negação em algumas professoras. É claro observar que a concepção de inclusão escolar efetiva ficou identificada na maioria das respostas, mas em alguns casos prevalece a ideia de um ensino

“pela metade” com a concepção de inclusão como apenas socialização em suas respostas, no qual segue:

Prof. 6 – Educação inclusiva é uma das maneiras de socialização, da criança com necessidades especiais.

Prof. 7 – Ela funciona num espaço de tempo menor. Seria mais a socialização já que na maioria das crianças precisam de muita atenção impossibilitando o professor de realizar tudo 100%.



Figura 5: Experiência com alunos com deficiência.

A questão 7, refere-se a experiência das professoras com aluno com deficiência.

Nota-se que a maioria das professoras já tiveram ou têm aluno com deficiência em suas salas de aula durante sua vida profissional. Sugerindo que pautam suas respostas nos cursos realizados, mas também por meio de uma realidade concreta.

O que seria para você práticas pedagógicas inclusivas?
Prof. 1 – A organização das adaptações necessárias ao sucesso do aluno portador de deficiência. Os conteúdos tem que ser selecionados de forma que se encaixe na realidade desse aluno.
Prof. 2 – O professor atua como mediador, desenvolvendo didáticas que promovam não só a inclusão, interação, mas o pleno desenvolvimento do aluno. Elaborando e implantando novas propostas e práticas de ensino para responder às características dos alunos.
Prof. 3 – Seria a prática que o professor faz na qual ele precisa inserir o aluno no grupo, mas

de uma maneira que o aluno se sinta como se ele fosse uma criança igual as outras crianças.
Prof. 4 – Um ambiente de ensino onde todos possam aprender, tendo deficiência ou não.
Prof. 5 – Na minha concepção o aluno deve ser incluído em tudo. Sabendo que este possui suas limitações e comportamentos próprios da deficiência, o conteúdo tem que ser adaptado.
Prof. 6 – Práticas que são realizadas com crianças com necessidades especiais que ajudam no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
Prof. 7 – Seria a criança frequentar metade do período na sala e a outra metade com a professor especialista e ela fornecer as atividades apropriadas.
Prof. 8 – Atividades que eles possam desenvolver dentro de seus limites de acordo ao conteúdo.
Prof. 9 – Desenvolver habilidades e competências que permitam um novo olhar sobre a inclusão.
Prof. 10 – Seria colocar em prática aquilo que esta no papel, pois acabam não dando importância para a necessidade pedagógicas nas escolas, deixando o aluno inclusivo sem o desenvolvimento devido.

A questão 8, insere um novo conceito no contexto pedagógico do professor questionando-o sobre o que são práticas pedagógicas acessíveis.

Aparentemente a maioria dos professores demonstram conhecimento prévio do que são praticas pedagógicas inclusivas, mesmo que algumas respostas ainda não demonstram consistência se essas práticas já ocorrem no dia-a-dia desses professores.

Tornamos aqui a identificar a pedagogia do não, ao observar que duas professoras manifestam a incompreensão dos alunos com deficiência nas turmas. Ressalto aqui duas falas contestáveis:

Prof. 7 – Seria a criança frequentar metade do período na sala e a outra metade com a professor especialista e ela fornecer as atividades apropriadas.

Prof. 10 – Seria colocar em prática aquilo que esta no papel, pois acabam não dando importância para a necessidade pedagógicas nas escolas, deixando o aluno inclusivo sem o desenvolvimento devido.

Em ambas as falas conota-se o sentido de um “outro” profissional responsável pela aprendizagem do aluno. Na resposta da prof. 7 observa-se a necessidade de tais atividades

serem aplicadas pelo professor especialista. Já na fala da prof. 10, esta não se reconhece como responsável pela aprendizagem do aluno.

Segundo Mantoan (2015), um professor que participa da caminhada do saber com os alunos consegue entender melhor as dificuldades e possibilidades de cada um. Nesse sentido é preciso que todos responsáveis pelo aluno se reconheça como parte integrante de sua aprendizagem.

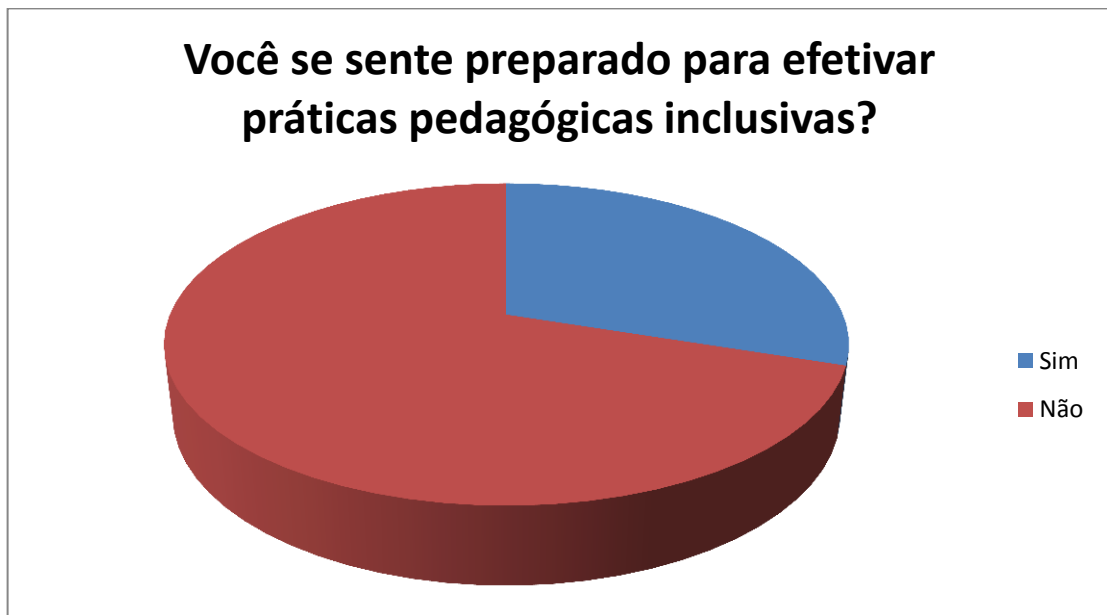


Figura 6: Preparado para efetivar práticas pedagógicas inclusivas.

A partir da resposta da questão anterior, a questão 9 indaga se o professor se sente preparado para efetivar práticas pedagógicas inclusivas.

Os argumentos mais frequentes dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem (ou não terem sido) preparados para esse trabalho. Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente aos modos de ensinar inclusivos, à uma pedagogia da diferença, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e instrucional. Eles esperam por uma formação que lhes ensine a dar aulas para os alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de indisciplina. (MANTOAN, 2015).

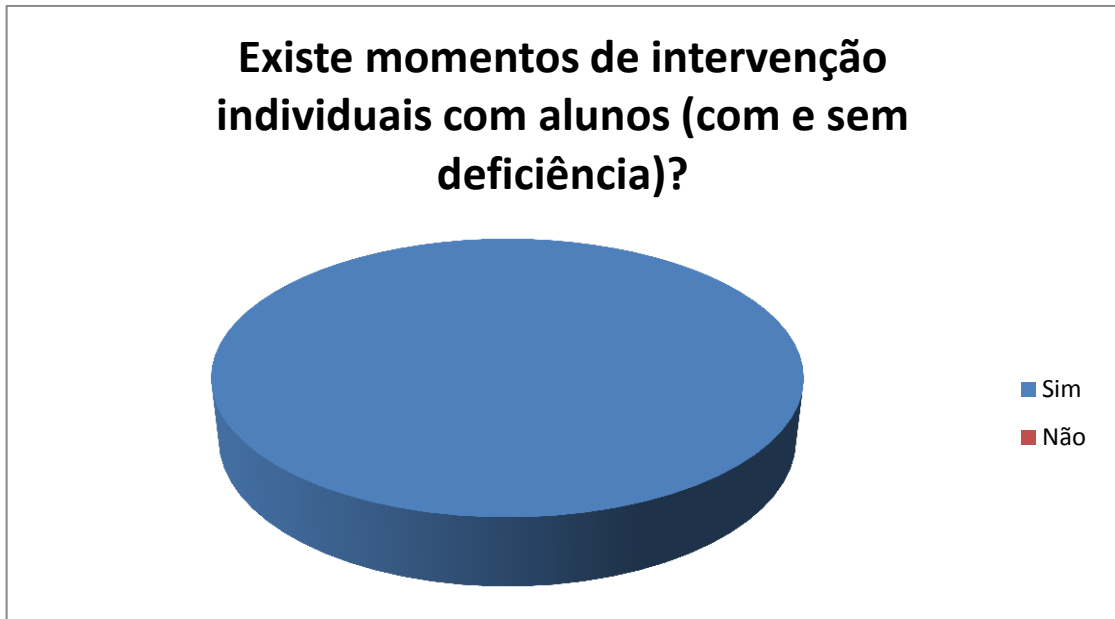


Figura 7: Momentos de intervenção individuais com os alunos.

A questão 10, pergunta sobre os momentos de intervenção com os alunos, independentemente se apresentam deficiência ou não.

Observa-se que todos os professores fazem intervenções individuais com os alunos. Tais momentos são primordiais para que o professor consiga identificar as habilidades e dificuldades de seus alunos. O aluno com deficiência precisa sentir-se parte da turma e saber que o professor também o reconhece como aluno.

Qual alternativa você daria para um melhor aproveitamento dos alunos com deficiência?

Prof. 1 – Acho imprescindível ter os auxiliares na sala para dar um suporte (apoio) aos professores.

Prof. 2 – Nos meus anos de trabalho a maior dificuldade da inclusão se chama “família”. Precisamos realizar um trabalho voltado para conscientização das famílias, com cursos, palestras, reuniões e acompanhamento.

Prof. 3 – Cada caso tem que ser revisto, pois depende da deficiência o aluno não consegue ficar sentado na sala de aula, pois ele se sente preso num lugar fechado e onde o professor precisa da ajuda e colaboração de todos que estão na escola.

Prof. 4 – Proporcionar uma educação que se preocupe em respeitar as características individuais de cada aluno, que ofereça alternativas pedagógicas objetivando as suas necessidades educacionais.

Prof. 5 – Que tivéssemos um apoio pedagógico para nos orientar (lembrando que cada aluno é diferente do outro) e também auxílio ao aplicar esse conteúdo pois temos que aplicar dois tipos de aula ao mesmo tempo, isso torna impossível o apoio individual.
Prof. 6 – Que esses alunos ficassem em sala de aula meio período e em outro período com atividades específicas fora da sala de aula.
Prof. 7 – Não deixar a resolução só na mão do professor. Se existem os professores especialistas, deveriam ficar com a responsabilidade e adaptar as aulas da apostila e nós da sala regular ficaria como corresponsável na outra metade do tempo com o foco na socialização.
Prof. 8 – Que o cuidador, ajudasse com a parte pedagógica, junto com a professora da sala.
Prof. 9 – De um especialista na área da inclusão.
Prof. 10 – Acredito que investir em profissionais e didáticas voltadas para alunos com deficiência pois são recursos fundamentais para um bom aproveitamento e a relação com os outros alunos de sala.

A questão 11 solicita ao professor entrevistado sugestões para um bom aproveitamento escolar por parte do aluno com deficiência.

Finalizando a pesquisa percebe-se, portanto, que a pedagogia da negação comparece na maior parte dos professores. Nesse momento observa-se o problema sempre terceirizado no “outro”, assim justifico as observações através das falas abaixo:

Prof. 5 – Que tivéssemos um apoio pedagógico para nos orientar (lembrando que cada aluno é diferente do outro) e também auxílio ao aplicar esse conteúdo pois temos que aplicar dois tipos de aula ao mesmo tempo, isso torna impossível o apoio individual.

Prof. 6 – Que esses alunos ficassem em sala de aula meio período e em outro período com atividades específicas fora da sala de aula.

Prof. 7 – Não deixar a resolução só na mão do professor. Se existem os professores especialistas, deveriam ficar com a responsabilidade e adaptar as aulas da apostila e nós da sala regular ficaria como corresponsável na outra metade do tempo com o foco na socialização.

Prof. 8 – Que o cuidador, ajudasse com a parte pedagógica, junto com a professora da sala.

Prof. 9 – De um especialista na área da inclusão.

Prof. 10 – Acredito que investir em profissionais e didáticas voltadas para alunos com deficiência pois são recursos fundamentais para um bom aproveitamento e a relação com os outros alunos de sala.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estou convicta de os professores não neguem a importância da inclusão em nossas escolas e que este desafio é necessário a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. Essa pesquisa identificou, no entanto, alguns entraves neste processo, quais sejam: é fácil receber “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e (tendo ou não algum tipo de deficiência) para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os professores “especializados”; assim não recai sobre nós o peso de nossas limitações profissionais. (MANTOAN, 2015, p. 33).

Assim, é a pedagogia da negação que comparece na posição dos docentes. Nega-se uma verdadeira inclusão, pois se reafirma a importância desta, mas a prática ainda foca-se na socialização destes alunos, nos reforços paralelos ou na demanda sem fim de cursos para ensinar os docentes a dar aulas para os alunos com necessidades educativas especiais.

Mesmo que a lei garanta e assegure o direito de todos à educação, ainda observa-se que a verdadeira *diferença* está longe de ser apreendida nas práticas escolares: Identificamos isso na fala de (MANTOAN, 2015, p. 37) [...] “ignoram que a diferença representa a unicidade do ser humano, não sendo aplicada para categorização e inferiorização de quaisquer indivíduos. Temos de ficar atentos!”.

A pesquisa nos possibilitou ver como a *diferença* é percebida de forma diferente pelos professores. Alguns professores pesquisados são realmente inclusivos e outra parcela pode ser identificada na categoria dos “semi inclusivos”. Assim, faz-se a pergunta para ser respondida por futuras pesquisas: como realizar um trabalho institucional para os professores inclusivos provocarem mudanças de olhar dos demais professores acerca do acolhimento da verdadeira *diferença*? Torna-se claro a importância deste trabalho mediante a seguinte fala de (MANTOAN, 2015, p. 57) “Conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão – eles refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diferença, da variedade, da singularidade, enfim, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis [...]”.

Para se realmente incluir cabe a nós mesmos primeiro identificarmos nossas próprias limitações. O trabalho se torna mais criativo e produtivo quando primeiramente aceitamos o

que é real, saindo da busca do aluno idealizado. Por isso, o especialista na educação inclusiva tem o papel de viabilizar trabalhos na escola, de modo que os professores discutam sobre a verdadeira inclusão sem que haja hierarquização ou imposição de ideias. Apostando que estes debates e o trabalho de escuta dos professores ainda semi inclusivos possam ser facilitadores para que aceitem suas próprias limitações e não as projetem nos alunos ditos “especiais”. De tal modo, para concluir, é importante reafirmar que não cabe, portanto, ao especialista ensinar aos professores a dar aulas aos alunos com deficiência ou adaptar os alunos para não darem problemas em sala de aula, mas sim realizar trabalhos voltados para a real inclusão em toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: 2001.

_____. Lei nº. 9394, 23 de dezembro de 1.996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1.996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria da Educação Especial. – Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 72p.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação, câmara de Educação Básica. Resolução n. 4 de 13 de julho de 2010. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispões sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, edição extra, 26 jun. 2014, p.1.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

GOMES, A. L. POULIN, J. FIGUEIREDO, R. V. Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Deficiência Intelectual. São Paulo: Moderna, 2010.

MACIEL, D. A; RAPOSO, M. B. T. Metodologia de pesquisa: a construção do projeto de pesquisa. In: MACIEL, D. A; BARBATO, S. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010. Cap. 3, p. 83.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?. São Paulo: Ed. Summus, 2015.

APÊNDICES

A – Questionário de Pesquisa

Questionário de Pesquisa:

Observação: evite deixar as respostas em branco sua informação é muito importante para o resultado da pesquisa.. Não é necessário que se identifique.

Dados do Professor:

Sexo

- () Feminino
() Masculino

Há quanto tempo você atua como docente?

- () de 0 a 5 anos
() de 6 a 10 anos
() mais de 10 anos

Possui Pós-graduação na área de educação inclusiva ou especial?

- () Sim
() Não

Dados sobre o contexto escolar:

Você acredita que a inclusão de alunos com deficiência é possível na sala regular?

Por quê?

Explique em poucas palavras sua concepção de educação inclusiva.

Qual sua experiência com alunos com deficiência?

O que seria para você práticas pedagógicas inclusivas?

Você se sente preparada(o) para efetivar práticas pedagógicas inclusivas?

Na realidade escolar que você vive hoje, existem momentos de intervenções individuais com alunos (com e sem deficiência) ?

Qual alternativa você daria para um melhor aproveitamento dos alunos com deficiência?

ANEXO I**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB****Polo: Barretos-SP****Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)****Instituição:****Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre_____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

